



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

## COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação, de conformidade com o que deliberou o plenário em sessão ordinária de 23 de abril de 2019, aprovando o Projeto de Lei nº 155/2019, apresenta a inclusa

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 155/2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial, até o limite de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para atender despesas com cessão de servidor público do Poder Legislativo a órgãos da Administração Direta Municipal, conforme demonstrativo abaixo:

02	PODER EXECUTIVO		
02.20	SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA		
02.20.01.	COORDENADORIA EXECUTIVA DE JUSTIÇA E CIDADANIA		
<b>FUNCIONAL PROGRAMÁTICA</b>			
02	Judiciária		
02.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		
02.062.0028	Negócios Jurídicos		
02.062.0028.2	Atividade		
02.062.0028.2. 017	Manutenção das Atividades	R\$	90.000,00
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>			
3.1.90.96	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	R\$	90.000,00
FONTE DE RECURSO	DE 01 – Próprio		

Art. 2º O crédito autorizado no art. 1º será coberto com recursos orçamentários provenientes de anulação parcial da dotação abaixo e especificadas:

02	PODER EXECUTIVO		
02.08	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
02.08.01	COORDENADORIA EXECUTIVA DAS OBRAS PÚBLICAS		
<b>FUNCIONAL PROGRAMÁTICA</b>			
15	Urbanismo		
15.451	Infra-Estrutura Urbana		
15.451.0065	Construção, Manutenção, Ampliação e Conservação Do Sistema Viário	E	



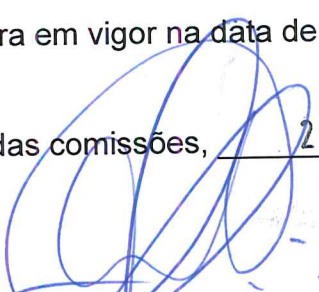
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**  
**COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO**

15.451.0065.2	Atividade		
15.451.0065.2.162	Serviços de "Tapa-Buraco"	R\$	90.000,00
<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>			
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$	90.000,00
FONTE DE RECURSO	DE 01 – Próprio		

Art. 3º Fica incluso o presente crédito adicional especial na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 2017 (Plano Plurianual - PPA), na Lei nº 9.320, de 18 de julho de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO), e na Lei nº 9.443, de 21 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões das comissões, 23 ABR. 2019

  
\_\_\_\_\_  
**Paulo Landim**  
Presidente da CJLR

  
\_\_\_\_\_  
**José Carlos Porsani**

  
\_\_\_\_\_  
**Lucas Grecco**

Aprovado

Araraquara,

23 ABR. 2019

  
\_\_\_\_\_  
Presidente